

OS JORNAIS E O JORNALISMO ELOGIO DO «FAIT DIVERS» EM LOUVOR DO EFÊMERO

Eduardo Guerra Carneiro *

Por entre sorrisos de acolhimento e de chalaça alinhavo a prosa jornalística, obviamente sintética. Entrego-me receptivo, à espera das notícias. Rápidas e maduras escorregam-me das mãos e, às tantas, com medo que se quebrem, os meus Joelhos unem-se e as amparo. Grávido pareço. Presunção? Talvez não. De água benta nem sei. Apenas águas das cbeias em telex. Ab!, prosa, prosa! Danada me saíste por essas linbas fora. Não sei que te fazer para sacudir de ti tanto lirismo que em ganga se move entre os linguados. O solo lusitano tinge as mãos e o sol inexistente do solstício violenta-me de turismo. Levanto-me simpático. Rabisco umas ternuras. O Ribatejo inteiro é um oceano! Que tirada, ó poeta! E as notícias? Mobilizo recursos que nem sei onde metê-los. Encaixa poeta, encaixa! Tens muito que aprender neste negócio.

(E. G. C. em *Isto Anda Tudo Ligado*, Lisboa, 1970)

1. Propósito

O cão esmagado pelo rodado de um camião, o pedreiro que cai do andaime e se estatela no asfalto da avenida, a mulher que esfaqueia o marido, o mineiro silicótico que se suicida com veneno para os ratos, os julgamentos no Tribunal de polícia — tudo isto faz parte do universo da chamada notícia do *fait divers*.

Histórias do quotidiano, momentos efémeros da vida da cidade, as notícias de *fait divers*, na sua aparente banalidade, são o reflexo mais autêntico do viver de uma sociedade, do seu pulsar no dia-a-dia.

Ora é precisamente este género jornalístico que pessoalmente mais me fascina no mundo dos jornais — quer como jornalista profissional, quer como leitor. Mas,

* Jornalista profissional.

atenção!, quando falo em «género», estou já a remeter a notícia de *fait divers* para um muito especial tratamento por parte do repórter.

Por vezes basta apenas anotar os *quem?*, *o quê?*, *onde?*, *quando?* e *porquê?*, que fazem parte das regras elementares de elaboração de qualquer notícia, e nesses dados noticiosos, escritos de forma sintética, está já a força de uma história.

Mas, noutros casos, há que segurar esses elementos e acrescentá-los de outra forma, desenvolvendo depois a notícia para melhor agarrar o leitor a um tema à partida pobre ou com interesse reduzido.

Assim, no tratamento do *fait divers*, está, em muitas situações, o segredo do sucesso jornalístico. Infelizmente muitos jornais diários, revistas e semanários tratam o *fait divers* como parente pobre nas suas páginas. Só quando o crime, o desastre, o acidente, envolvem outros factores é que a notícia de *fait divers* tem honras de primeira página. Regra geral é remetida para as colunas interiores do periódico, cada um dos factos resumido em meia dúzia de linhas, nas secções de «cidade» ou «dia-a-dia».

Com a força com que os grandes meios de comunicação social — Rádio e Televisão — tratam os chamados grandes temas (política, desporto, economia ou cultura), o leitor comum vai procurar nos jornais as notícias mais banais do quotidiano, os relatos de histórias que têm mais a ver com o dia-a-dia da cidade onde vive, e acaba por se sentir defraudado quando o «seu» jornal não dá essas notícias ou as trata de forma displicente.

Trata-se, muitas vezes, de decisão arbitrária do próprio jornalista, que anula, ou põe de parte, as histórias que poderia aproveitar e investigar para dar ao leitor. Mas, na maioria dos casos, a valorização das notícias compete às chefias de secção ou da redacção do jornal ou ainda à direcção do mesmo.

Hoje em dia é nesses relatos do fugaz e do efémero, nessas narrativas singelas ou insólitas, que o leitor comum procura a ponte para comunicar com a sociedade em que está inserido. Daí o sucesso que certas publicações conseguiram ao tratarem, de forma especulativa, o universo do *fait divers*.

Mas *fait divers* não é apenas a notícia de faca e alguidar, o cão esmagado pelos rodados do camião. Todo o quotidiano está cheio de histórias de que se podem fazer excelentes trabalhos jornalísticos, sem qualquer especulação sobre os temas, escritos em tom coloquial com o leitor, prendendo-o à escrita, reconciliando-o com a cidade e o seu pulsar diário. Ou, então, fazendo-lhe ver os podres da sociedade em que vive e incitando-o a tomar posição contra o que está errado.

2. Um pouco de história

No segundo volume (*Os Media Escritos*) de um excelente trabalho de Adriano Duarte Rodrigues, Eduarda Dionísio e Helena G. Neves, subordinado ao tema «Comunicação Social e Jornalismo» (editado em 1981 por A Regra do Jogo) inclui-se um texto de Olivier Burgelin, extraído do seu livro *La Communication de Masse* (Paris, S. G. P. P., 1970).

Nesse texto o ensaísta francês trata o *fait divers* de maneira exemplar. Assim, para enquadrar historicamente esse género jornalístico, transcrevo algumas passagens do referido ensaio. Dou então a palavra a Burgelin, nos parágrafos seguintes.

«O *fait divers* não é um acontecimento, é uma *narrativa*, uma maneira de contar o acontecimento. Poderíamos certamente pôr o Antigo Testamento em *fait divers*, como se pode pôr em alexandrinos ou em banda desenhada; poderíamos procurar temas de *fait divers* como se pode procurar assuntos para romances ou tragédias; de qualquer modo o *fait divers* está na narrativa, não na coisa contada. [...] O *fait divers* é, nem mais nem menos do que o *western*, um género lendário. Obedece a esta característica particular de assentar em informações reais: sem se confundir com os factos veiculados por estas informações.

«O género literário do *fait divers* nasceu com a Imprensa escrita. Podemos no entanto encontrar-lhe alguns antecedentes. Muito antes do aparecimento da Imprensa, lamentações populares cantavam acontecimentos susceptíveis de ferir a imaginação: horríveis assassinios, façanhas de bandidos prestigiosos [...], casos de bruxedo, etc. Estes temas foram sucessivamente retomados pela literatura de cordel, apreciadora igualmente de monstruosidades anatómicas, depois, desde o seu começo, pela imprensa barata. Assim, desde as origens, o *fait divers* foi sempre um género muito popular. Em Inglaterra, por exemplo, nos começos do século XIX, foram os jornais de domingo, cujo público era nitidamente menos exigente do que o da Imprensa quotidiana, que exploraram em primeiro lugar, de maneira sistemática, a fórmula. Mas espalhou-se progressivamente por quase toda a Imprensa.

«Não se espalhou, no entanto, sem discórdia. Assim, como é um género muito popular, e sem dúvida por ser género muito popular, o *fait divers* sempre foi objecto de uma censura muito viva por parte da burguesia: ainda hoje o *standing* burguês de um jornal é inversamente proporcional ao lugar que dedica ao *fait divers*; o sangue na primeira página goza de uma dupla conotação de exploração comercial e de vulgaridade; os *chiens écrasés* são o que o jornal contém de menos digno; e de acordo com um fenómeno, de que encontraremos outros exemplos, o militantismo moderno, marxista ou não, encontra-se com a tradição burguesa do *fait divers*. O que não é mais do que uma atitude de censura nas democracias ocidentais converte-se aliás em censura pura e simples nos regimes autoritários

de que a Imprensa, em geral, não dedica nenhum lugar aos *fait divers*. Alguns escritores têm reagido desde há um século contra esta censura e proclamado o interesse ou o seu apego ao *fait divers*.

«[...] A maioria dos que se interessam pelo *fait divers* têm seleccionado entre os seus tópicos os que se relacionam com o que se convencionou chamar 'drama' ou 'tragédia'. (É interessante constatar a que ponto somos prisioneiros das apelações 'literárias' — *fait divers*, drama ou tragédia — para designar os acontecimentos marcantes ou violentos da vida privada.) Muitos *fait divers* contêm em germe a trama de um romance ou de uma tragédia e muitos romances ou tragédias são construídos em torno do que podia oferecer matéria para um *fait divers*.

«As mesmas razões que levam, portanto, romancistas e autores de tragédias a privilegiar o assassinio, parricídio ou o incesto (sem dúvida porque revelam melhor do que a banalidade quotidiana certos aspectos da natureza humana, e em todo o caso tudo o que a banalidade quotidiana recalca e mantém normalmente em estado latente), estas mesmas razões constituem, para o consumidor popular como para o escritor, o interesse do 'drama passional' ou do 'crime sádico' dos *fait divers*. O *fait divers*, tal como a tragédia, seria profundamente catártico: ofereceria a ocasião quotidiana de aliviar certas tensões, de satisfazer certas pulsões inconscientes.

«[...] O *fait divers* é, a propósito de acontecimentos muitas vezes fúteis, mas por vezes dramáticos, um convite muitas vezes desenvolvido, por vezes patético, a consumir na banalidade quotidiana o que de mais fundamental e mais 'sério' existe na cultura de massa, como aliás em qualquer cultura: o momento em que é posto, nos seus termos definitivos, o problema do sentido.»

3. Água na boca

Março Desavindo é o título do último romance de Mário Ventura, autor que, durante muitos anos, aliou a profissão de jornalista à de escritor. Nesta obra romanesca, como já o tinha feito noutras, o romancista procura um certo «ajuste de contas» com o jornalismo.

Contudo, a razão de trazer para aqui *Março Desavindo* deve-se ao facto de o autor construir o seu romance precisamente entre dois *faits divers*.

«Dois incidentes marcam os limites desta narrativa, cuja acção decorre entre as onze horas do dia 8 de Março de 1975 e as vinte e três horas do dia 12 do mesmo mês [...]. O primeiro tem por cenário a Rua da Prata [...]. João Regueiras, repórter fotográfico do *Notícias da Manhã*, a caminho de um serviço num qualquer ministério [...], surpreendeu a cena e teve a presença de espírito necessária para captar em doze imagens sucessivas o rapto de Celestina Rodrigues.

«O segundo incidente ocorreu no termo da história [...]: um militar, que se presumia pertencer ao serviço de informações do Exército, foi atingido a tiro e teve morte imediata. Neste caso, nenhum fotógrafo registou o acontecimento.»

É assim que começa *Março Desavindo*, segundo as palavras do autor, em montagem aqui resumida. Salvato Teles de Menezes, professor de Literatura Americana na Faculdade de Letras de Lisboa, na apresentação pública deste romance, afirmou: «Em aparente oposição a um texto no qual predomina não só o chamado estilo jornalístico mas também o método jornalístico, propõe-se uma crítica aguda (e por vezes feroz) dos modelos de escrita jornalística em vigor na época e dos quais, segundo parece, ainda não nos libertámos inteiramente: encena-se, afinal, um ajuste de contas com os falsários do ofício e com os pressupostos primários na base dos quais as suas intervenções, as suas notícias se organizam.»

Em entrevista que Mário Ventura me concedeu para o *Diário Popular* (22.XII.87), o escritor, quando lhe perguntei qual a importância que dava ao género noticioso de que agora me ocupo, disse-me:

«O *fait divers*, como se sabe, é a crónica jornalística do pequeno acontecimento, a pequena notícia para que se remetem os sucessos que, pelo menos aparentemente, não têm grande importância. Ora, o que sempre me impressionou é o critério — ou a falta dele — que decide se este ou aquele acontecimento não merece mais do que as breves linhas de uma notícia.

«A experiência ensinou-me que quem detém esse critério raramente o usa de uma forma absolutamente isenta e objectiva, ou seja: respeitando apenas a importância real do episódio e a natural curiosidade do leitor. Todos os dias se lêem nos jornais pequenas e apagadas notícias que nos fazem crescer água na boca: gostaríamos de saber mais do que aquilo que dizem.

«Os *fait divers* que assinalam o início e o termo de *Março Desavindo* retratam isso mesmo: um juízo de valor que tem muito pouco a ver com a importância real, quer social quer política, que se diluía nas escassas linhas de duas locais jornalísticas.»

À pergunta, posta na entrevista, se isso era muito relevante, adiantou-me o escritor: «Claro que sim, porque é a partir desse critério — ou da sua falta, repito — que se coloca todo o problema da forma e dos objectivos da Informação. Mas isso levar-nos-ia muito longe...»

E Mário Ventura, quando lhe perguntei como era tratado o *fait divers* antes do 25 de Abril, durante o PREC e nos tempos de hoje, respondeu-me assim: «Sempre da mesma forma que atrás referi: segundo critérios que têm mais a ver com as condicionantes a que a Informação está sujeita do que com os verdadeiros interesses do público. Interesses acerca dos quais, aliás, nos interrogamos muito pouco. Uma das coisas que sempre me chocou na minha profissão, é a aparente ou real intangibilidade com que todos nós — eu próprio não escapei a essa pecha — escrevemos sobre os mais variados assuntos, sem cuidar de nos interrogarmos sobre a diversidade dos que nos lêem e suas lógicas reacções.»

4. Voz discordante

Em Junho de 1987 decorreu no Instituto Franco-Português, em Lisboa, um seminário subordinado ao tema «As Faces do Medo». Foi organizado pelo Centro de Estudos Psico-Sociais da Universidade de Lisboa, em colaboração com a revista *Alter/Ego*.

Na altura assisti aos debates, e mais tarde pude ler na íntegra os trabalhos apresentados no número 4 daquela publicação, referente ao último trimestre de 87. Entre eles o do sociólogo Paquete de Oliveira, intitulado «Os Medos que nos Censuram». Segundo as palavras do autor o seu ensaio pretende ser «uma proposta para uma tentativa de análise ao universo do discurso a que pertencem as notícias *fait divers*, como exemplo paradigmático da censura proveniente das próprias estruturas sociais».

Embora sob muitos aspectos não concorde com as linhas gerais desse ensaio, por me parecer que certos dados são empolados de forma exagerada, interessa-me incluir essa voz discordante no trabalho a que agora me propus. Assim, baseando-me no texto publicado na revista *Alter/Ego*, aqui vão excertos do ensaio de Paquete de Oliveira, alguns dos quais remetem o leitor para uma obra de Georges Auclair (*La Mana Quotidien*, Paris, 1970, ed. Antrophos).

«[...] Nas notícias *fait divers* são normalmente os acontecimentos 'transgressores' da ordem que são constituídos em notícia. Em linguagem mais sociológica dir-se-ia é notícia o que é desviante, anómico, atípico. O *fait divers* é, por assim dizer, a notícia de qualquer ruptura com o universo regulado, sobre um desvio, uma violação à regularidade moral, social, familiar, à segurança de estabilidade, à regularidade de existência do quotidiano. *Tudo é quotidiano no quotidiano; nos jornais todo o quotidiano é insólito, sublime, abominável* (Maurice Blanchot).»

«O crime, a morte violenta, o roubo, o drama passional, o massacre, o genocídio, por um lado, o insólito, o monstruoso, o bizarro, o prodigioso, por outro, constituem requisitos preferenciais para eleger acontecimentos em notícia. O *fait divers*, é assim, de algum modo, a noticiarização do 'interdito', do 'impuro', do 'proibido', com igual efeito na moderna sociedade ao papel desempenhado pelos acontecimentos desta 'fronteira' junto das sociedades arcaicas e primitivas.»

«O *fait divers* é uma pertinente e contumaz censura à sociedade por tudo aquilo que é ruptura, transgressão, à sua ordem. As notícias *fait divers* são extremamente funcionais porque actuam nos mecanismos de integração e provocam coesão social.»

«[...] O medo, os nossos medos são importantes para percebermos o mundo que nos é exterior. O medo é fecundo *estruturante* colectivo. A 'crónica negra' está em estreita dependência com o imaginário social. As notícias *fait divers* são excelentes reveladores e significativos indicadores sociais dos problemas e do

universo da imensa fantasmagoria da sociedade para a qual eles constantemente nos reenviam e da qual tanto nos falamos. As notícias *fait divers* são outras faces daquele medo, daqueles medos, que, afinal, nos integram na vida social, na rotina do nosso quotidiano.»

«[...] A questão do fabrico de notícias/*fait divers* é um campo de pesquisa em aberto para a indagação de medos que nos dominam. Às vezes, é nas notícias de rotina e nas notícias das fronteiras das 'zonas proibidas' que a 'distorção involuntária' mais pesa no processo produtor de notícias, na 'verdade dos factos'. As referências constantes ao 'imaginário social' só denunciam que os jornalistas ao fazerem incidir no 'proibido', no 'interdito', no 'incomum' as notícias do *fait divers*, relevam as permeabilidades a que estão sujeitos pelas estruturas sociais, económicas e culturais a que pertencem.»

5. Algumas histórias

Já a terminar 1987, na última edição do *Diário Popular* desse ano, o meu camarada de redacção João Paulo de Oliveira, em jeito de crónica, subscreve um texto que muito tem a ver com o tema que tenho estado a tratar nesta páginas.

A crónica intitulava-se «Invenção do Jornal Ideal» e dela se reproduzem dois parágrafos:

«Contador de histórias alheias, por dever de ofício, sempre me aturde o universo incomensurável das vidas que mal afloram nas páginas dos jornais e suspeito edificantes, comoventes, repugnantes.»

«Edificantes. São farrapos de terríveis complexidades, vertidas em corpo num labirinto de insignificâncias que não alcançamos. O meu jornal ideal haveria de as guindar ao mais nobre espaço — o suicídio de um desconhecido, a morte por overdose do rapaz que talvez seja A., o tiro fatal disparado por motivos obscuros, o bebé no balde do lixo... Não, só desgraças não. Reduzidas ao tamanho do registo indispensável, sobram também pontas de histórias exaltantes, desmentindo o bom fundamento de um vezo ancestral que nos ataca, o de nos comprazermos na depreciação do nosso real valor. O meu jornal ideal lançá-las-ia, tonificante, ao mundo desatento das depressões.»

E com a citação do jornalista João Paulo de Oliveira termino este texto que pretendi elaborar de forma didáctica. Dou-lhes agora, nas páginas seguintes, uma pequena antologia de histórias, crónicas e notícias de *fait divers*, por mim escritas e assumidas, de 1970 até anos mais próximos. Algumas são mesmo assinadas, outras integram-se na prosa anónima com que é feita a parte mais importante do corpo frágil e efémero de um jornal.

Lisboa, Janeiro de 1988.

A N E X O

FOTOCÓPIAS DE ARTIGOS DE JORNAIS

- «É assim que se faz a história» — *Diário de Lisboa*, 19.II.1970.
- «Algés: um bulldozer à solta no redondel» — *O Século*, 2.III.1974.
- «Uma tachada de caracóis na morte de Elvis Presley» — *Sete*, 7.IX.1978.
- «O meu nome é liberdade» — *Portugal Hoje*, 12.XI.1979.
- «Amolar tesouras e navalhas» — *Portugal Hoje*, 20.XII.1979.
- «Conversas de solidão» — *Match Magazine*, 26.IX.1980.
- «Morrer de desgosto» — *Publicus*, 22.V.1981.
- «Aventuras de Dante náufrago no Tejo» — *O Primeiro de Janeiro*, 6.V.1982.
- «Tombou do andaime para a morte» — *O Primeiro de Janeiro*, 13.VIII.1982.
- «Borges na Stadium» — *O Primeiro de Janeiro*, 27.XII.1982.
- «Reformado abatido a tiro...» — *O Primeiro de Janeiro*, 3.I.1983.
- «Os cem metros de Palminha» — *O Primeiro de Janeiro*, 26.IV.1983.
- «Uísque, palhaço e chapadas» — *O Primeiro de Janeiro*, 13.V.1983.
- «Bode explatório» — *O Primeiro de Janeiro*, 18.V.1983.
- «Aqui vivem seres humanos» — *Diário Popular*, 16.X.1984.
- «A história breve de um despejo» — *Diário Popular*, 18.X.1984.

É ASSIM QUE SE FAZ A HISTÓRIA

Era uma vez uma tarde cheia de sol. Não havia um gesto a mais. Nem palavras. Estava alguém num café. Ao sol. Eram pequeninas coisas a ligarem-se umas às outras: desde um copo de água aos teus ombros. E o sol a balçar em cheio na mesa. E nas mãos.

Não chegam notícias. Ardem as palavras mais banais. A esta hora, de Genebra a Santiago, de Roterdão a Tóquio, alguém, sentado ao sol, diz: os teus ombros. E pronto. É assim que se faz a História. Sem palavras a mais.

Pois da História se trata. E dos

que a fazem. Por vezes pouco seguros de si próprios. Mas com a certeza do que está certo. A História anônima. A que raramente vem nos compêndios. A que se faz com amor e raiva. A que nós fazemos. Agora sentados ao sol, à mesa do café.

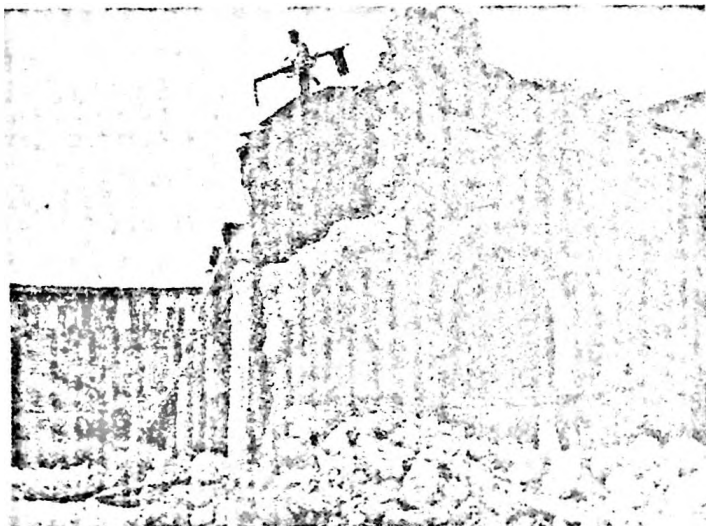
Era uma vez uma tarde. Eras tu. Depois? Se não há depois? O importante era estares ali sentada. O que se disse pouco importa. Estávamos ao sol. Era evidente. A fazer História com o mais pequeno gesto.

As notícias chegam. Ardem as

palavras dos jornais. A mesma hora, o telez anuncia da França ou do Gabão. Eu anuncio: recados, breves encontros, um telefonema de madrugada. Alguém diz: Vem. Repelem: os teus ombros.

Tratamos a História à nossa maneira. Como nos agrada. No anônimo. Nem sequer sei o teu nome completo, quantos anos tens, quem foram os teus amigos de infância. Sentados ao sol, à mesa de café, abrimos as páginas. Da História que fazemos.

EDUARDO GUERRA CARNEIRO



Era a praça de touros de Alges. Daqui a meses: um arranha-céus

Algés: um «bulldozer» «à solta» no redondel

Um abulldozer amarelo, e não um touro, entrou já no redondel da praça de Alges. Motivo: a demolição, há anos anunciada, agora posta em prática. A empresa encarregada da empreitada tem um mês de prazo para desmantelar as arruinadas instalações da praça de touros.

Feliciano Duarte Violante ali viveu com a mulher desde 1942. Em 1958 acabavam as tracções. Dedicou-se então ao negócio de ferro-velho. Assim, ao branciquear quase impossível de descrever, ocuparam os antigos corredores, lavabos, banes, bancadas e até o próprio redondel.

Estou velho, vou vender

tudo isto ao debraxo, pois a máquina trerá-se ao «bulldozer» toda por aí, já poria de mão, e ainda me cai tudo em casa!

Nas bancadas, sector um, D. Angelina Pereira olhava com uma amica os destroços e as ruínas. Perito, tu, quem sabe, no mesmo lugar, esteve, nos anos trinta, o imperador Hirohito, então príncipe herdeiro do trono japonês.

De visita oficial ao nosso País, mostrou vontade de ver uma tourada. O oficial as ordens, Ferreira do Amaral, bem lhe disse: *agora não há*. Mas Hirohito insistiu.

Alguém se lembra então de que Leitão de Barros fazia um filme («A Severa»). E o príncipe herdeiro acabou por ser figurante de uma tourada encenada pelo realizador português.

A praça foi inaugurada em 23 de Maio de 1895. Na cerimónia de abertura actuavam os cavalheiros Manuel Casimiro, José Bento de Araújo, Alfredo Tavares e Fernando de Oliveira, pouco anos depois, por um touro, no Campo Pequeno.

Manuel dos Santos foi ser proprietário. Anos depois, um lavrador bentinho tentou reconstituir as desmanteladas instalações, mas o custo da obra (mais de dois mil contos) assustou-o e desistiu do plano. Agora, uma empresa de construçoes viu levantar, no local, mais um bloco de habitação.

Entretanto, continuam a queixar-se os habitantes de muitas das 700 bancadas, de honras Pereira e das Santas Marças: os ratos, o lixo em montão, a falta de condições mínimas de salubridade, a inexistência de esgotos. *Po-nha lá isto no jornal para ver se seles constróem casas decentes para a gente.*

Enquanto o bulldozer amarelo não termine a tarefa destruidora, Manuel da Cruz Andrade, caboverdeiano de Santo António fera lavrador, *convidou diabinho para as passagens que ainda estão a pagar e estão na construção civil desde Julho do ano passado; ganha 180 escudos por dia; e o guarda das obras, Da alto das bancadas assiste a agonia da praça. O entulho cresce como as ervas que, há muitos anos, tinham invadido os meios e os tercios.*

Uma tachada de caracois na morte de Elvis Presley

Em 17 de Agosto de 77, fez agora um ano, morreu Elvis Presley, o anjo branco do rock americano dos anos 50. Eu estava em Espinho, um pouco de veraneio, em Verão azedo e frio, à espera que o caso de «O Século» se resolvesse. Um ano depois, regressado de Espinho, em Verão mais doce e quente, continuo à espera do meu posto de trabalho e dos carcanhóis, enquanto vou fazendo uns biscates aqui no «Se7e».

Mas falava do Elvis Presley. Continuo a falar, dizendo que guardava no bolso um recorte de jornal que contava a morte do ídolo. Estava ao balcão de um bar e sintonizei a conversa ao lado, entre ciganos da zona, que em Espinho há muitos.

Dos ciganos sempre me falavam com desconfiança,



quando nas aldeias do Norte passavam ou montavam tenda debaixo dos castanheiros, nas curvas para a Balsa. Contavam-me roubos, navalhas, bruxarias. Sempre me pareceu conversa exagerada e eu gostava das fogueiras que eles acendiam à noite, ou do zumbido das abelhas na luz dourada da tarde calmosa do acampamento, com burros, carroças coloridas, mulheres lindíssimas, o som desgarrado de uma viola. Assim: juro que sempre gostei dos ciganos. Pois é: também eles falavam

da morte do Elvis. À sua maneira lembravam o cabelo abrilhantado, a poupa, as roupas de couro, as botas altas, os gritos histéricos ou a estranha vida do criador de Love me Tender. Às tantas, rapel do recorte do jornal e meti-me ao barulho com conversa. Está aqui tudo, avanço eu. Certo, disse um dos ciganos, de seu nome Mala, mas é que não sabemos ler: nunca andámos na escola; o que aprendemos foi na vida. Vieram mais bebidas, falou-se rá na brasa ou um ouriço cacheiro assado, comido no Alentejo, em tempo de tropa.

Foi então que o Mala atacou: E caracóis? um sorriso malandrecos, pois é sabido que a gente do Norte de caracóis nem ouvir falar, quanto mais provar. Bom peliscos, atalho eu, com escola do Sul. Com arroz?, pergunta o cigano. Nunca provei, mas não deve ser nada mau, resposta pronta. Então você gosta de comida de cigano pobre! Olhe: amanhã vamos comer esse arrozinho e sou eu, o Mala, quem o vai fazer! Meu dito, meu feito. No dia seguinte, em tasca combinada, graças ao Elvis que se tinha finado na altura, o Mala apareceu com uma grande panela de arroz, com toucinho, tomate, cebola e caracóis lá dentro, com casca e tudo. Acompanhado com um tintol da zona, foi uma tachada que nem lhes contou! E venham-me depois falar mal dos ciganos!

O rosto da cidade



«O meu nome é liberdade!»

Eduardo Guerra Carneiro

Avenida da Liberdade, às tantas da tarde de um dia qualquer. Como se chama este homem? Onde nasceu? Que idade tem? Pouca importância teriam as respostas. Pior ainda seria cair no miserabilismo de aproveitar o rosto, a forma de vida, de chorar em tudo menor a cara desta gente.

Importa, sim, dizer que ele está sentado num banco da Avenida, ocupando o espaço da cidade com as suas trouxas, sacos, os pectus. Que descanse os olhos a um só tempo de Novembro, garrafa descançando também na

mão direita.

Gira o mundo, volta e revolta, espaço e tempo. As cidades erguem-se e espalham-se, cimentam-se e espalham-se, cimentam-se e espalham-se. É a liberdade? Ela aqui está na avenida de seu nome, retrato de um insubmisso, e eterno dissidente de todas as dissidências, a própria dissidência: o vagabundo.

Alguns passam, olham e comentam: «Alcoólico, marginal, anti-social, anarquista!» Outros tentam a esmola, a caridade, a dádiva de um santinho, a ficha de inscrição em qualquer organização, a senha do asilo. Ele res-

munga, rosna, diz mesmo um ou outro palavrão. «Vão à vossa vida!»

Percorre quilómetros por dia, senta-se nos bancos dos jardins e nas soleiras das portas, acaricia as crianças, esgueira-se dos *chuis* e de outros civicos, bebe pela cordial botelha de que falava o Poeta, noutros tempos de vagabundagem. Poderia dizer: o revirinho dos sentimentos.

São cemenas, mülhares, vagueando pelo mundo, sem eira nem beira. Aqui não se trata de desemprego, de miséria, de fome ou desespero — são atitudes as-

sumidas, é a revolta do seu estado mais puro, o estar-se nas tintas para o Estado, governos, instituições, empregos ou famílias.

Muitos são bandoleiros, outros são santos, alguns acabam mesmo por ser mártires. Poetas, videntes, loucos, a sociedade aponta-os a dedo, foge da sua própria sombra, teme o seu contágio, a terrível *lepra* da sua subversão.

Marginais à própria marginalidade, bandeiras esfarrapadas no negro da noite, sinais de mudança de tempos e vontades, o seu nome é liberdade.

O rosto da cidade

Amolar tesouras e navalhas é ainda ofício de viver

Eduardo Guerra Carneiro

Reparem: não é um velho. É um homem dos seus *quarenta*; na idade da razão, como diria o filósofo. Tem marcas de cidade e não de campo.

Devia ter nascido nas antigas hortas; penso que é gente dos subúrbios. Profissão? Não viram já que é um amolador de tesouras e navalhas!

É isso, leitor: o homem é descendente dos calafates, dos douRADORES, dos sapateiros, dos corretores, dos latoceiros que deram nome às ruas desta cidade grande junto ao Tejo, urbe insubmissa, cidade livre, capital de mestres e mestrais das revoltas antigas contra os usurpadores, como o cronista Fernão Lopes sabia bem contar.

A flauta ouve-se ainda nos antigos bairros da cidade, onde o beirão e a nova usura não entraram a mercearia não foi substituída pelo centro comercial, onde o sapateiro mete gáspas ou meias-solas, onde a vizinha toca à porta a pedir um ramo de salsa, onde os namoros são desejados e à solteira a velha afaga o gato.

Dizia: flauta. Sinal mágico de outro Papageno, mais da ini-

ciação nos mistérios citadinos do que na ópera de Mozart. São coisas de cidade. O amolador de tesouras e navalhas, concertando guarda-chuvas ou sombreros, como no Norte se diz, também arranjando brinquedos para os miúdos, chispas de fogo saindo da mão, correias de couro a rodarem com o impulso do pé, o amolador de tesouras e navalhas, dizia eu, al está ele a fazer soar as notas simples — simples? — e a acordar os moradores: de casas altas, de alguns sobrados, de cozinheiras desejosas de um perfeito degolar do frango, sangue quente a escorrer para o preparo da cabidela.

Rapazio o segue às vezes, tentando no assobio imitar o som mágico das sete notas. Na fotografia do Pumentel ele circula entre mesas de esplanada, restos de propaganda, as chapas dos automóveis. Repare: a dignidade do gesto e do olhar; o porte de senhor de ofício, de mestre desta cidade onde o ofício de viver se torna cada vez mais difícil e custoso.

O repórter acredita que os



«Olh'o amolador de tesouras e navalhas!» Repare, leitor, na dignidade do gesto e do olhar

ofícios são a arte. Ele próprio, alheio à burocracia dos funcionários, busca a melodia no som do agácesar da máquina de escre-

ver, sua flauta de Papageno, seu abraço ao homem que passa ainda pelas ruas, para amolar tesouras ou navalhas.

Rei de Copas

Crônica de Eduardo Guerra Carneiro



Pchh! Pchh! roum o engenheiro, enquanto, com grandes passadas, vai de um lado ao outro do pequeno bar. Ao fundo, outro cliente, faz *clique-clique* com a dentadura, enquanto o barman toca a música semiclássica por um *quarter-dance* e, sem *memorias* no salão, a cerveja parece mais moira. Pago a conta e saio em direcção à rua do Mundo, depois à do Alecrim, para descer ao casa, ver os barcos, sentir o cheiro do rio.

As luzes da outra banda piscam de indústria, um ou outro ronco de sirene, barcos da guarda costeira, ramorados, *carromos*, o intenso cheiro do Tejo infiltrando-se por toda a parte. Uma amiga conta ditas a estes: «Levar este cheiro, mesmo que seja do lado, para o meu vazio e triste apartamento.»

Tanta água faz-me sede. Os bares do Casa do Sodré estão ali à volta de semear. Faço aos *rituéis* do novo requissimo de certos intelectuais e pseudoornamentais. Entre *um vulgar*, significativamente chamado Lusitano. Sento-me de costas para a pista de dança e, ao balcão, a minha cara espreitado entre as garrafas, peço uma bebida. Assumo a solidão.

A jovem cabo-verdeana senta-se ao meu lado esquerdo e pede-me uma bebida.

da. Prêis sim. Não, dança não me apetece. Com histórias, vidas nostras terras, as ilhas do encanto, aventuras na Holanda ou em Barcelona. Vou dizendo *pois, claro, sim ou não*. «Mas não queres mesmo dançar?» Volto a dizer-lhe que não. Estou ali pela solidiedade da bebida. «Então não se imporia que vá dançar? É que tenho que fazer pela vida!».

Esbocei ainda um gesto de ternura e consegui mesmo sorrir. O empregado viu o meu capô vazio e tratou de o encher. Senta-se agora à minha direita um tipo já na casa dos sessenta. «Você tenta cuidar com a conversa que dá a essas gajas. As carbo-verdeanas são terríveis! O melhor é não lhes dar tchê. Ainda há dias...»

Não o deixo continuar. Finjo estar com uma grande dor de cabeça. Apenas: «Desculpe. Estou muito cansado!». O homem afasta-se. Ouço-o o dizer: «Estes drogados ainda são piores do que os pretos». Pelo sim, pelo não, resolvo pagar e sair para a rua.

Deixo os gregos. Entre música altíssima os pratos partem-se na pista. Peço uma bebida mais forte. Ninguém fala. Alguns marinheiros dançam entre os cacos da louça e de garrafas partidas. Uma

mulher sem ter comigo à mesa. «Não, filha, sou português». A música robe ainda mais e a bebida forte começou a fazer efeito. Peço um único prato e racho-o na cabeça. Saio atordado.

Apanho um verde que já a subir o Alecrim. O motorista do táxi fala que se desunha. Percebo que se trata de qualquer coisa relacionada com os bancos. «É tudo uma coisa! Banidos é o que eles são todos! Isto só vai à cachaporrada!» O carro dá téniveis ginadas, o motorista vira-se para trás e grita bem alto: «Ouviu? À Cachaporrada!»

Saio no Príncipe Real. Antes de ir para casa entro num último bar. Aqui as pessoas conhecem-se pelo nome e o Teixeira pergunta-me quando é que eu lhe trago o livro que lhe prometei. Discutimos a bola e até as eleições. Ao fundo, como na história antiga, dois jogadores de sadra. O bar está quase vazio. Saio para o abarracamento e subo ao meu segundo andar.

Abro as janelas para o rio, meto o papo na máquina, acendo um cigarro e penso: «Que grande solidão!» Começo a escrever: *Pchh! Pchh!*, roum o engenheiro, enquanto, com grandes passadas, vai de um lado ao outro do pequeno bar...

CONVERSAS DE SOLIDÃO

AVENTURAS DE DANTE NÁUFRAGO NO TEJO

Um marítimo chileno de 26 anos, Dante Maurício Campillana Gallardo, atirou-se ao Tejo, na madrugada de ontem, de um cacilheiro que, a 1 hora, fazia a carreira Cais de Sodré-Cacilhas. Depois de salvo por um jovem de 15 anos, foi transportado pelos Bombeiros de Cacilhas ao Hospital de Almada, onde se encontra livre de perigo.

Tudo começou nos bares do Cais de Sodré onde este Dante, à semelhança do seu homónimo das letras italiano, o criador da «Divina Comédia», procurava o inferno, talvez mesmo alguma Beatriz.

O marítimo chileno estava desempregado. Chegara a Portugal há três dias, como criado de mesa de um barco de que não diz o nome. Afirmou no hospital que o seu destino era a Itália. Copos e mais copos, esquecia mágoas nos bares ribeirinhos. A uma da madrugada apanha o cacilheiro. Deu-lhe «uma coisa», desata a correr, salta a amurada e, depois, «homem ao mar, homem ao mar».

Holofotes marcam as águas do Tejo, gritos saem das bocas dos passageiros. Dante, o marítimo chileno, esbraceja no rio, já esquecido do inferno para onde queria ir. Os marítimos do cacilheiro atiram mais de oito boias de salvação. Tudo resulta infrutífero.

Surge então um jovem de 15 anos que, quando o barco se aproxima do naufrago, se atira às águas do Tejo e salva o marítimo chileno. Com uma corda içam os dois homens.

Providencialmente um médico estava entre os passageiros do cacilheiro — faz à Dante a respiração boca a boca. O chileno salva-se.

Em Cacilhas uma ambulância dos Bombeiros Voluntários locais transporta o marítimo chileno ao Hospital de Almada. Ontem, já em bom estado de saúde, apenas aguardava que da Embaixada do seu país providenciassem ajuda.

Dante não tem documentos, nem dinheiro, nem emprego, nem sequer roupa para vestir. Continua a dizer aos médicos e enfermeiras que não sabe o nome do barco que o trouxe a Portugal e que pretende ir para Itália, pátria do outro Dante que falava do inferno de Beatriz, na «Divina Comédia».

Não será isto outra «comédia», divina ou não?

E.G.C.

TOMBOU DO ANDAIME PARA A MORTE

A notícia é daquelas que normalmente cai na «vala comum» dos diversos: António Gouveia Aveiro, 28 anos, caiu de uma altura de 15 metros, quando trabalhava por conta de uma firma de construção civil, perto da Estação da Carris, nas Amoreiras. Laconicamente acrescenta-se morreu.

Na pressa das notícias, do serviço a avançar na Redacção do jornal, não há tempo para saber quem era António,

se era casado ou solteiro, se tinha filhos, se vivia feliz. Mas, ao cair do andaime, ao estatelar-se na rua — teria atrapalhado o tráfego? —, vizinhança em redor, a ambulância do 115 a chegar, mãos piedosas que lhe cobrem o corpo desfeito com um lençol. António entra na «pequena história» do quotidiano, feita de nascimentos e mortes, amor e desamor. E, vendo bem, essa «pequena história», é tantas vezes, mais importante que a outra história. Paz á sua alma.

À MARGEM DAS COLINAS

BORGES NA «STADIUM»

Ainda não chegaram os impiedosos jovens de gorra sem azougue e os velhos bebem café em copo e escorropicham bagaços enquanto na TV colorida da leitaria de bairro os dramas são pontuados com graçolas.

«Ai sim, sim, sim, sim», dizem-me de uma das mesas ao verem-me à escrita. O que me vale é o espirro e os múltiplos copitos de aguardente.

Mesmo em frente, perfil idêntico ao que o poeta Eugénio do Porto cultivava, um outro Borges, ainda com vista, embora precária, desfolha — como se fosse uma rosa — um livro de poesia. Diria, se a tanto me atrevesse, que acaricia a Rosa, como eu afago a prosa.

Este outro Borges, não o dos labirintos, do «Aleph», dos tigres ou dos imortais; não o Jorge Luís Borges que recentemente o Governo português condecorou com a ordem de Sant'Iago da Espada, este outro Borges, dizia eu, domina a leitaria com os seus modos lentos, dignos, quase hieráticos, entre barbeiros de bairro, vendedores de lotaria, meninas e os jovens das pastilhas.

Apenas vejo o seu perfil, a testa abaulada, as maçãs do rosto salientes, as mãos que se movem sem cessar, um olhar, sem ver, para o drama na TV. Este outro Borges é mesmo o próprio Borges na leitaria «Stadium».

Para que então continuar com este enredo, se tudo está já escrito no contínuo afagar do livro que este Borges desfolha?

EDUARDO GUERRA CARNEIRO

Num pátio de Alcântara

Reformado abatido a tiro por forças policiais

Ernesto Moreira, de 54 anos, reformado, antigo construtor da Ponte 25 de Abril, foi morto a tiro, na noite de sexta-feira, no Pátio do Vapor, em Alcântara. As balas que o atingiram, em rajada, eram provenientes de uma metralhadora disparada por um polícia.

Segundo testemunhas oculares, Ernesto Moreira, que há 21 anos habitava num barracão que serve de oficina de automóveis, o mesmo local onde encontrou a morte, encontrava-se embriagado, e durante todo o dia, andou a exhibir uma pistola de calibre 6,35, não legalizada, e teria ameaçado os moradores da zona.

Numa taberna pertencente a Rodrigues Trigueiro, instalada a poucos metros do barracão habitado pela vítima, o Ernesto Moreira já muito tocado pelo vinho, resolveu fazer tiro ao alvo, tendo acertado num copo de vinho que estava sobre o balcão. Como não estamos no «far-west», o patrão da taberna reagiu, tanto mais que o tiro ia atingindo sua mulher.

Depois veio a Polícia. Moreira escondeu-se dentro do barracão do Pátio do Vapor. «Atire cá para fora a pistola e saia» — avisaram os agentes da PSP. Moreira, como forma de diálogo, disparou cinco tiros. Em resposta, um dos

guardas acabou por atirar em rajada e Moreira, atingido na cabeça, esvaiu-se em sangue.

História triste de fim de ano. Mau vinho, violência, tiros e morte. E que dizer da solidão de um homem que vivia há 21

anos num barracão, reformado, silicótico? Um destecho absolutamente necessário? O dono da taberna ainda afirmava: «Ele pouco bebia por causa da úlcera de estômago. Mas, quando se metia nos copos tinha mau vinho».

BANCO DOS RÉUS

Os cem metros de Palminha...

Eram dois jovens sentados no banco dos réus. Palminha, com 16 anos; Paiva, com 21. Quando os «caçaram», como dizia uma testemunha — e o repórter pensa logo em coelhos —, Paiva tinha no bolso uma carteira, com dinheiro e documentos, que «voara», segundos antes, da viatura de um emigrante em Malta.

«Gato escaldado», dizia o patricio, em férias do trabalho em La Valetta, capital da ilha dos antigos Cavaleiros de Malta, «gato escaldado fica com o rabo de fora». É que já na semana anterior lhe tinham partido o pára-brisas lateral direito do carro. Desta vez foi o esquerdo. Um amigo do emigrante diz que ainda viu Paiva, com as mãos dentro do automóvel, a «sacar» a carteira. Em corrida, ambos «caçaram» os jovens. Levados à esquadra da Mouraria, a carteira estava no bolso do mais velho.

O juiz avisa-os: «eu não gosto de passar rasteiras. Mas...» Os putos estão de pé, firmes que nem rochas na negativa. Que não, que não — «encontrámos a carteira no chão, para aí a cem metros do automóvel». Juiz e delegado pedem que definam o que são, para os réus, esses tais cem metros. Engasgam-se então. Contradizem-se.

O queixoso chega a rir-se com a definição dos cem metros de Palminha. O que irrita são os quatro contos e quinhentos para lhe colocarem vidro novo no carro de Malta. Os jovens, se calhar, pensavam que era da malta.

Dado que não foram apanhados com a boca na botija, que o mesmo é dizer, com as mãos dentro do carro, o juiz deu-lhes pena suspensa por três anos, desde que paguem ao emigrante os quatro contos e quinhentos para o novo pára-brisas. Mas, antes de saírem do banco, rumo ao asfalto da cidade, ainda avisou Palminha, o dos 16 anos: «olhe lá Senhor Palminha, cuidado com esses cem metros...»

EDUARDO GUERRA CARNEIRO

BANCO DOS RÉUS

Uisque, palhaço e chapadas

Por vezes são coisas de nada que levam uma pessoa ao banco dos réus. Um uisque a mais ou a menos; uma palavra que se escapa; um gesto brusco.

Era um homem já feito, que uma noite resolveu tomar uma bebida num bar de Lisboa. Chique era o nome da loja, mas a frequência talvez não fosse tanto. Às tantas, pedido um uisquinho, pelo cheiro não gostou: «Pedi um uisque bom. Não quero disto. Quero um melhor».

Até aqui as testemunhas batem certo. Só que depois, nas duas sessões em que decorreu o julgamento, com advogada de defesa e tudo, as histórias já se baralham.

Uma coisa é certa, veio a Polícia, o homem foi parar à esquadra da Alegria e, segundo afirmaram três testemunhas oculares, o réu, em vez de uisquinho bom e de boa marca, acabou por apanhar, de acordo com um popular que se prontificou a ir à barra do tribunal, «porrada da grande».

Outros dizem que o réu teria «ferrado» uma chapada ao polícia e que, antes, no tal Chique Bar, lhe teria chamado «palhaço». «Que não, que não», afirmam os que abonam pelo réu — «chapadas e bastonadas levou ele da Polícia». «Até o guarda se satisfazer», reforça Teodoro, pintor de automóveis.

No meio disto tudo, o juiz interrogava com precisão quase clínica, a advogada «puxava» ao sentimento — «os factos demonstram que houve abuso de autoridade» — o réu pouco adiantava, o polícia captor mexia-se, nervoso, noutra banco.

Por falta de provas o juiz acabou por absolver o réu e mandá-lo em paz. Mas, antes, sempre lhe foi recomendando que tivesse cuidado com os bares, chiques ou não, dizendo-lhe também que os agentes de autoridade são para se respeitarem.

Ao sair, pareceu ao repórter ver no homem que deixava o banco dos réus, depois de longas horas de ansiedade, na teia do tribunal, um brilhozinho de ironia nos olhos, quando passou pelo polícia. Mas isso são outras histórias...

EDUARDO GUERRA CARNEIRO

BANCO DOS RÉUS

«Bode expiatório»

A confusão e a pancadaria deviam ter sido «de criar bicho», na madrugada de sábado, no Liceu de Pedro Nunes, por ocasião de um convívio entre estudantes, aberto a outros jovens.

Por essas e por outras, segunda-feira à tarde, Jorge, de 19 anos, ajudante de carpinteiro, morador no Casal Ventoso, sentava-se no banco dos réus do Tribunal de Polícia. Vinha acusado de ter dado socos e pontapés num agente da PSP, que na festa se encontrava à paisana, mas em serviço de vigilância.

Três guardas apresentaram-se a depor, um deles como queixoso, os outros como testemunhas. O juiz queria ver claro, no meio da confusão que pressentia ter acontecido no Liceu de Pedro Nunes, tanto mais que o réu negava ter batido no agente da PSP — ele é que teria aguentado a «porrada».

O guarda Acúrsio, como testemunha de acusação, veio afinal a defender o réu. Através das suas declarações o juiz começou mesmo a ver claro, naquela floresta de enganos — a «bagunça» tinha sido muito grande. Resume-se: a bordoadada aconteceu por três vezes, ainda dentro do ginásio do liceu, onde decorria a patuscada, ou convívio, dos jovens. De uma das ocasiões chegou a desaparecer o boné ao polícia Acúrsio, que mandou fechar todas as portas, até que ele próprio veio a descobrir aquele elemento da farda, numa sanita, já bastante sujo. O «rock» e a cerveja iam já altos...

Quando o baile estava para acabar, a barafunda passou do ginásio para o pátio do Pedro Nunes, onde estavam dois guardas à paisana. O réu Jorge andava à pancada com outro rapaz. O guarda, também Jorge, interveio.

Teria afirmado que era polícia, mostrando mesmo o «crachat», dado voz de prisão. Mas o guarda Acúrsio viria a dizer que havia rapazes caídos pelo chão, que no pátio estava escuro como bréu, que um tipo que se dizia pára-quedaista lhe tinha enfiado uma «murraça», que eram mais de vinte aos socos em volta uns dos outros — com os guardas à paisana no meio da «bagunça» —, que os polícias chegaram a puxar de pistolas, que todos os rapazes fugiram, excepto o réu Jorge, de 19 anos, ajudante de carpinteiro, morador no Casal Ventoso.

O juiz devia ter começado a perceber. «O réu tem mais alguma coisa a dizer?». Jorge levanta-se: «Eu é que apanhei pancada de todos. À tantas estava caldo no chão, dóia-me muito uma perna. Há poucos dias ainda tinha tirado o gesso, pois partira essa perna num acidente. Fui para a esquadra de «115».

O juiz apenas acrescenta: «Por falta de provas, o réu vai absolvido». Mas o repórter, e todos os que assistiram ao julgamento, sabem que há um animal, não em vias de extinção, chamado «bode expiatório»...

EDUARDO GUERRA CARNEIRO

LUZES
DA CIDADE

AQUI VIVEM SERES HUMANOS



Foto de MIRANDA CASTELA

NO número 19 da Rua D. Luís, em Lisboa, frente à Marconi e a uma pequena taberna com nome de lagarto, vive uma dúzia de pessoas em condições sub-humanas. Nem água, nem esgotos, nem luz.

Era um antigo edifício da CUF que as chamas deixaram em ruínas, já lá vão doze anos. O telhado caiu, o mato cresce por todo o lado, o lixo amontoa-se entre detritos de homens e animais.

Mas a resistência humana parece não ter limites. Aproveitando uns lugares de arrecadação, fechando a cadeado os seus cubículos, aí vivem seres humanos. Perito, um nome de rua de assustar: Boqueirão dos Ferreiros.

Na taberna fronteira dizem-nos: «Só à noite é que aparecem. Uns andam ao trapo e ao cartão; outros são engraxadores; alguns vão à estiva ou fazem biscates, quando surgem as oportunidades.»

Não sabemos quantos são, nem se vivem com mulheres e filhos. Uma cumplicidade cresce na vizinhança: «Sabe-se lá para que são tantas perguntas?», parecem indagar, ao balcão da loja, de passante enfiado no portal.

«Quase todos são africanos», ainda nos dizem. E um homem ainda novo adianta-nos: «Qualquer dia também tenho que ir dormir para um local como esse. Querem tirar-me a casa!»

Dramas do quotidiano laboeta. Mas, de outra forma, a força de viver, mesmo no inferno.



«Passaram-me um papelinho e eu pensei que tudo estava certo»

A HISTÓRIA BREVE DE UM DESPEJO

O seu nome é Maria Luísa Alaiáia Félix, tem 60 anos, nasceu em Alcaide, freguesia do concelho do Fundão e há 27 anos que morava no rés-do-chão esquerdo do número 31 da Rua Gonçalves Crespo, na Venda Nova.

Desperada, veio ao «Diário Popular» contar a sua desventura mais recente — ficou sem a casa onde habitava e vive agora, desde há uma semana, numa barraca perto do Ato de S. João.

Como se passou tudo? A casa onde vivia era de pessoas amigas que lhe cederam. «Passaram-me um papelinho e eu pensei que tudo estava certo!». Só que não estava. Embora continuasse a pagar a renda, o velho senhorio morreu há dois anos e os familiares resolveram vender os andares em sistema de propriedade horizontal.

Conta-nos, entre lágrimas e suspiros, que todos os

inquilinos compraram os andares — menos ela. A pessoa que comprou o rés-do-chão esquerdo do número 31 da Gonçalves Crespo, na Venda Nova, alegou que precisava da casa. O tal «papelinho» nem sequer era um contrato, em termos legais. Resultado: ficou sem casa.

Maria Luísa, de 60 anos, viúva, doméstica, tem três filhos. Um é casado e vive em Peniche, quando não anda no mar. Dele já tem dois netos. Os outros dois trabalham — quando há serviço — na construção civil e foram também despejados. «Vivemos todos que nem bichos num barracão forrado de serapilheira».

Grita-nos: «Sou muito nervosa, o senhor está! Já tive duas trombozes».

Mas que mais pode o repórter fazer senão relatar o caso?